

NORMAS TÉCNICAS E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: CONCLUSÕES SOBRE PADRONIZAÇÃO NO ÂMBITO ACADÊMICO *GT5-O CAMPO PRAGMÁTICO DA INFORMAÇÃO*

Andreza Alves de Oliveira¹
Eduardo Ramanauskas²
Fernando Cruz Lopes³

RESUMO

A proposta do artigo é trabalhar o histórico das normas técnicas, e descobrir a necessidade das mesmas na produção científica. Desta maneira, revela um viés de padronização internacional que é o caráter que as normas precisam ter. Explora essas asserções e trabalha com um breve histórico da Ciência da Informação, onde propõe a partir daí um significado de norma. Faz então um sucinto apanhado da formação das principais normas utilizadas no Brasil, a da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a da American Psychological Association e a de Vancouver. Analisa a criação de cada norma e o público para qual elas são especificadas, colocando em questão a real necessidade de utilização delas. Argumenta sobre os critérios de avaliação de cursos superiores no Brasil, e a utilização dos periódicos e produção científica como padrões de avaliação dos mesmos. Finaliza propondo um entendimento geral das normas existentes para que não se tenha conflito de interesse e possa trabalhar de forma a se alcançar um maior número de leitores.

Palavras-chave: Normalização. Periódicos científicos. Ciência da informação. Normas técnicas. Documentação.

1 INTRODUÇÃO

A normalização é um processo pelo qual é necessário passar a documentação. Faz-se necessária para poder organizar as informações existentes e facilitar a compreensão em qualquer área do conhecimento e idioma. Através das normas pode-se localizar um resumo em qualquer tipo de artigo, independentemente se o leitor é leigo na área.

Existem, portanto, diferentes normas em utilização. Elas são criadas de acordo com as necessidades de cada área, para que seus especialistas possam controlar sua produção. Dessa maneira o artigo apresentará três das normas mais utilizadas no Brasil: a da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que serve como uma diretriz nas normas técnicas em geral utilizadas no país; a da American Psychological Association (APA), que é utilizada pela

¹ Discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina, andrezaalvez@hotmail.com.

² Discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina, lopes.fred@gmail.com.

³ Discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina, ramak182@gmail.com.

área da psicologia; e as normas de Vancouver, idealizado por editores das áreas médicas para controlar as pesquisas e a ética dos periódicos da ciência.

A partir do conhecimento breve de cada uma das normas, tentaremos analisar a necessidade das mesmas para os periódicos científicos. Periódicos que recebem a produção científica de cada área e servem como critério de avaliação dos cursos superiores. Esses critérios são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para poder classificar os cursos de pós-graduação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Ciência da Informação é uma ciência que compreende desde a origem até a transformação de dados em conhecimento. Por se tratar de uma ciência seu objeto de análise, a informação, não apresenta claramente medida e forma, por esse motivo a Ciência da Informação trabalha mais precisamente com a geração, transferência ou comunicação e uso da informação.

Durante a Revolução Industrial, no século XIX, houve um aumento significativo na produção industrial, no entanto a informação também foi afetada, aumentando consideravelmente seus registros. Dessa maneira foi alertada a necessidade de se criar um controle sobre a produção bibliográfica.

Para Freund (1982), a Ciência da Informação começa a se organizar enquanto uma ciência, posteriormente a revolução científica criada após a II Guerra. Como partes desse processo surgem as associações que regulamentam as normas para regulamentação técnica dos países.

As normas são criadas com o intuito de estabelecer parâmetros e diretrizes para a produção, no caso analisado é para a documentação científica. Dessa maneira, as diferentes normas apesar de trabalharem de maneiras distintas, co-existem com uma mesma função, a de facilitar a leitura e eliminar excesso de informação, além de organizar as informações a fim de resguardar a propriedade intelectual do autor.

Para poder entender as diferenças e atributos de cada uma das normas, é preciso primeiramente definir o que seria normalização. Uma das definições que será considerada é de que a normalização é:

[...] o processo de formular e aplicar normas para acesso sistemático a uma atividade específica, para benefício e com a cooperação de todos os interessados, em particular para a promoção de uma economia ótima, levando em consideração as exigências de condições funcionais da

segurança. É baseada nos resultados alcançados pela ciência, técnica e experiência. Determina não só as bases para o desenvolvimento presente, mas também para o futuro, e deve acompanhar o progresso. (BRASIL, 1979 apud SANTOS, 1982, p. 23).

Percebe-se então características mais próximas de conceitos econômicos do que culturais, muitas vezes baseadas na relação produto/consumidor, como na definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2006, p. 92)

Normas são um elemento complementar de proteção ao consumidor. Elas contribuem para tornar a vida mais fácil e para aumentar a confiança, segurança e eficácia dos bens e serviços utilizados por toda a sociedade. De instruções para gravadores de vídeo a requisitos de segurança para fogões, a normalização permite que os consumidores tenham confiança na qualidade dos produtos e serviços que eles adquirem.

A criação desses órgãos não limita a quantidade de normas existentes. As associações nacionais têm o papel de organizar as normas internacionais para a necessidade de cada país. Dessa maneira percebe-se que as normas são muito abrangentes, mas não impedem a exclusividade de atuação, pois são criadas normas por instituições diferentes das que regulamentam essa função, normas essas diferentes para cada tipo específico de publicação. Além de normas criadas por instituições de ensino para legitimar sua produção.

No Brasil é criada, em 1940, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, que é uma entidade privada sem fins lucrativos, responsável pela base necessária para o desenvolvimento tecnológico brasileiro e fundador da Organização Internacional para Padronização (ISO).

A ABNT foi criada com a finalidade de organizar e regulamentar as normas da área comercial, industrial, científica, técnica e outros serviços afins. Os trabalhos das divisões internas “[...] da ABNT atualmente são desenvolvidos por 58 Comitês Brasileiros e 4 ONS – Organismos de Normalização Setorial”, (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006, p. 64). O Comitê responsável pela organização da documentação e informação é o Comitê Brasileiro – 14 (CB-14), que segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2006) é responsável por toda a prática que envolva a documentação, como: bancos, bibliotecas, comércios, centros de documentação e outros.

O acesso, às normas, era feito pela biblioteca própria, no entanto, “[...] com a preocupação de modernizar o sistema de pesquisa e facilitar a vida de seus associados, a antiga biblioteca de normas impressas foi substituída por uma biblioteca virtual [...]”

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006, p. 85). Convergindo para uma maior visibilidade e acesso da normalização.

Apesar do viés econômico apresentado pela ABNT, o CB-14 tem como principal objetivo a uniformidade dos meios de expressão e a comunicação no geral. Portanto, voltado para a normalização da parte intelectual escrita, não em fabricação ou controle de materiais físicos. Dessa maneira, aproxima-se do conceito de uniformização de documentação e se relacionando com as normas de Vancouver e da American Psychological Association (APA). As normas de Vancouver e da APA, porém, surgem com intuito específico de normalizar documentos de áreas específicas.

Na área médica surge o Grupo de Vancouver, que foi composto por editores de revistas médicas que se organizaram para padronizar as publicações da área (BERTHOLINO; SILVA, 2008). A primeira publicação da norma acontece em 1979, “[...] e passou a estabelecer padrões e requisitos para a comunicação médico-científica, hoje seguidos pela quase totalidade das revistas médicas” (ROTHER, 2007, p. 225). O grupo deixou de existir e passou a ser o *International Committee of Medical Editors Journals* (ICMJE).

A importância da criação de uma norma específica para uma área não está relacionada com a falta de adesão dos autores, muito pelo contrário, a criação de novas normas existe para poder satisfazer os autores que as utilizam, no entanto existe uma preocupação com a normalização em âmbito internacional, dessa maneira trazendo à discussão a necessidade de se divulgar a informação com simplicidade e eficácia.

Outro ponto importante para a necessidade de utilização de normas é a respeito de ética no trabalho científico, principalmente nas áreas biológicas. Uma vez que as normas determinam como deve ser feita a utilização de informações que seguem esse tipo de parâmetro. Além do mais, a normalização assegura ao autor a originalidade da informação, diminuindo casos de desapropriação de propriedade intelectual. Ponto observado pelos órgãos de avaliação de cursos de nível superior.

Outra norma que surge com certa especificidade de área é a da APA, essa norma tem como característica seu:

Manual é uma diretriz de estilo para os escritores, editores, estudantes e educadores em ciências sociais e comportamentais. Ele fornece uma orientação valiosa em todos os aspectos do processo de escrita, desde a ética na autoria até a escolha das palavras que melhor reduzem distorções na linguagem científica. Conhecido pela sua orientação rígida e fácil de usar para sistema de referência e citação, o manual de publicação também oferece como escolher os títulos, tabelas, figuras e tons que vão resultar em fortes,

simples e elegantes a comunicação científica. (AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION, 2010, tradução nossa).

Caracterizando assim uma alternativa eficaz para os problemas encontrados na produção científica da área da psicologia. Problemas que tentaram a solução a partir da descoberta de seus pontos fracos.

2.1 AS NORMAS E OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

A representação científica brasileira na área da psicologia, era muito pequena, segundo Trzesniak (2001 apud YAMAMOTO et al., 2002), essa baixa representação é devido muitas vezes a erros na elaboração de gráficos, quantificação estatística feita de forma errônea e falta de normalização eficaz, fator esse que dificultava a indexação em bases internacionais reconhecidas, tornando os periódicos nacionais pouco interessantes para a comunidade internacional.

Dessa maneira:

No segundo semestre de 1998, a partir de uma solicitação da Capes e realizada por iniciativa da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), foi constituída uma comissão conjunta com a responsabilidade de avaliar os periódicos científicos da área da psicologia. Os objetivos definidos pela comissão foram, principalmente, de duas ordens: avaliar os periódicos, pela qualificação dos veículos científicos nos quais publicam pesquisadores brasileiros vinculados aos programas de pós-graduação em psicologia, e estimular o incremento da qualidade dos periódicos da área. (YAMAMOTO et al., 2002, p. 165)

A partir da especificação feita pelos órgãos avaliadores, as indexações passaram a aumentar e de certa maneira atingiram a normalização mal executada desses periódicos, já que normalização mal executada não permite um bom trabalho de indexação. O principal motivo pelo qual a normalização tem que ser bem executada, segundo Rother (2007, p. 225) é que “[...] permite a recuperação mais efetiva de documentos em sistemas de informação, além de garantir uma padronização que facilita o uso e a disseminação de seu conteúdo”.

Considerado como um processo de divulgação do conhecimento acadêmico produzido, e também como avaliador de cursos de pós-graduação, a disseminação da produção intelectual torna-se primordial na história acadêmica brasileira. Como um processo de legitimação dessa produção, são criados critérios de avaliação um deles é o da CAPES.

Para visualizar como exemplo, tem-se o critério de avaliação para os cursos de ciências sociais aplicadas I, onde se encaixa Comunicação, Ciência da Informação e Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.2, n.2, out. 2012

Museologia, que terão as avaliações fundamentadas em critérios diversos e um deles “[...] será valorizada a existência de suporte para a difusão da pesquisa realizada pela comunidade científica da área (em particular Periódico Científico)” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2007, p. 7).

Percebe-se a necessidade de criação e manutenção de periódicos pelas entidades de produção científica. No entanto, a manutenção desses periódicos também é avaliada por critérios da CAPES, o Qualis. Esse serve para estratificar os periódicos conforme sua indicação de qualidade, que pode variar de sem Qualis até A1. Sendo que o sem ele não tem peso quanto aos critérios de avaliação e o A1, recebe peso sete. Esse peso diferente determina a importância que essas publicações recebem, como: titulação de seus autores, organização de corpo editorial, qualidade de informação científica e proteção à propriedade intelectual (feito através das normas).

A maior dificuldade que a produção acadêmica encontra é a penetração internacional de seus artigos. Isso acontece por que normalmente essas revistas não estão normalizadas e acabam sem indexação.

[...] agências preocupadas com essa situação vêm definindo políticas de apoio às revistas científicas, com a finalidade principal de contribuir para que as publicações de boa qualidade não venham a perecer e, junto com elas, a divulgação de pesquisas realizadas, muitas vezes com o auxílio das próprias agências. (KRZYZANOWSKI; FERREIRA, 1998, p. 165).

Muitas vezes uma das maiores preocupações das agências de fomento é a respeito da divulgação internacional, e com isso acaba encontrando a barreira da normalização. As três normas analisadas diferenciam-se nas regras e acabam causando diferenciação. Percebe-se que por causa disso, muitas entidades criam suas próprias regras baseadas nas conveniências de cada norma.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), por exemplo, não utiliza nenhuma das três normas para sua produção científica, segundo BICALHO (1997, p. 327) a utilização da norma ISO se dá por que ela corresponde às expectativas do mercado e da produção, a partir da ISO o SENAI criou suas especificações para normalização de seus documentos. Com isso, nota-se que não apenas as três normas vistas são utilizadas no Brasil, apesar da ABNT ser representante da ISO no Brasil.

Tendo todas essas informações como base, verificamos alguns periódicos institucionais da Universidade Estadual de Londrina para termos um parâmetro de verificação e comprovação de que algumas instituições usam algumas normas da ABNT, mas não a

própria norma de periódico científico. Dessa maneira a diagramação e a disposição de informações dos artigos fica a cargo de cada revista científica.

Constatando isso em periódicos científicos de nossa universidade é possível fazer um análise de como não seguir o padrão pode tornar a recuperação de informação um pouco mais difícil, claro que, na própria norma de artigos científicos, não abrange todas as formatações e com isso cada revista tem a possibilidade de, nessa parte, dispor as informações de maneira diferente, mas que ainda não é o ideal para a padronização otimizada que permite o encontro da informação desejada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de uma norma específica se faz necessária pelo fato de auxiliar na comunicação global, não apenas como fator estilístico mas também como um método de preservação de conteúdo, além de propagação do trabalho científico. Percebe-se também a receptividade das informações,

[...] no período 1998 a 2001, de uma revista indexada na *PsycINFO*, da *American Psychological Association*, passa-se a sete; de duas incluídas na base LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciências da Saúde), passa-se para 20; de uma revista disponibilizada no serviço SciELO (Scientific Electronic Library Online-Bireme/Fapesp), passa-se para quatro. Além disso, as revistas da área passaram a buscar indexadores antes não conhecidos como são os casos da *Sociological Abstracts* (da Cambridge Scientific Abstracts), da PSICODOC (do Colégio Oficial de Psicólogos de Madrid) e CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México), melhorando a visibilidade de suas publicações. (YAMAMOTO et al., 2002, p.169).

A utilização das normas se faz como método de conservação da propriedade intelectual, mas também como meio de conseguir uma maior propagação, como o apresentado, onde a partir da utilização das normas as publicações passaram a receber melhor os artigos. As normas existente são muitas vezes utilizadas como fatores de confusão em relação a utilização, no entanto, a confusão existe pelo fato de se misturar cada uma delas.

O profissional precisa considerar a utilização de cada uma das normas para seu determinado tema. Um profissional da área da médica por exemplo, precisa ter total conhecimento das normas de Vancouver, e assim cada profissional com sua norma específica. É importante:

Se considerar cada estudioso-autor como um centro produtor de informações, às quais se deseja dar difusão através de um perfeito sistema de comunicação, cabe-lhe zelar pela apresentação apropriada dos resultados de suas observações, experiências ou investigações e influir, no mesmo sentido, junto aos responsáveis pelo veículo de difusão empregado, seja este livro, folheto ou artigo de periódico. (CUNHA, 1973, p. 63).

Sendo importante a disseminação das normas existentes, para que cada autor as estude e possa conduzir sua pesquisa e escrita de maneira confiável e plena, e depois disso estruturando sua produção em normas que consigam facilitar a leitura de seu texto, congregando fluidez e qualidade no objeto e deixando a leitura agradável.

Um ponto importante para os autores, é não depender a produção intelectual simplesmente como um procedimento de análise da CAPES, mas utilizar essa produção como instrumento de real pesquisa. Percebe-se que a maioria da produção é exercida por aqueles que necessitam cumprir com o estabelecido pelo órgão e acabam executando trabalhos que não se preocupam com as especificações mais simples. Possuem a mesma estrutura dos demais trabalhos científicos: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Apresentar os materiais e métodos utilizados, tais como: método empregado, população e amostra, técnicas, instrumentos e procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **About APA Style**, Washington, [S. n.], [20-?]. Disponível em: <<http://apastyle.org/about-apa-style.aspx>>. Acesso em: 16 out. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Desde 1940 promovendo a normalização no Brasil**, [Rio de Janeiro], 2006. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/downloads/conheca_abnt/historicoabnt.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

BERTHOLINO, Maria Luiza Fernandes; SILVA, Vera Lucia Braga da. Normas técnicas de informação e documentação: ABNT versus Vancouver. **Publ. UEPG Ci. Biol. Saúde**, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 39-44, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/biologica/article/view/1275/920>>. Acesso em: 22 out. 2010.

BICALHO, Maria Dias. Normalização de documentos institucionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 327-328, set./dez. 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/410/369>>. Acesso em: 16 out. 2010.

CUNHA, Lélia Galvão Caldas da. Normalização de originais. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 59-63, 1973. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/1633>>. Acesso em: 14 out. 2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Critérios da avaliação: Ciências sociais aplicadas I**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA2007_CienciasSociaisAplicadasI.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

FREUND, George Eduardo. Impactos da tecnologia da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 17-22, 1982. Disponível em:
<revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/download/1479/1098>. Acesso em: 17 out. 2010.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufrgs.br/admin/sobrelinks/arquivos/Aval_Per_Cien_Tec.pdf>. Acesso em: 19 out. 2010.

ROTHER, Edna Terezinha. **O papel da normalização nas publicações científicas.** **Rev. bras. oftalmol.**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 225-226, jul./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.sboportal.org.br/sbo/doc/RBO/RBO-JUL-AGO-07-SITE.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SANTOS, Maria Virginia Ruas. A norma como fonte de informação bibliográfica. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 23-30, 1982. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002305&dd1=4c1ed>>. Acesso em: 10 out. 2010.

YAMAMOTO, Oswaldo H. et al. Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da psicologia. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago. 2002. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/173/152>>. Acesso em: 11 out. 2010.